

DINARTE NOBRE DE MADEIRO

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA PORTO PRAIA

INSTITUTO
DOCUMENTAÇÃO
Porte DOU (9-0), 51
Data 12/01/2001 Pg 9-11
Class. TCD 00 143

Referência: Processo FUNAI/BSB/0014/95. Denominação: Terra Indígena Porto Praia. Localização: Município de Uarini, Estado do Amazonas. Superfície: 4.000 ha. Perímetro: 28 km. Sociedade indígena: Tikúna. População: 118 pessoas (1999). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria n.º 134/PRES, de 11 de março de 1999, coordenado pelo antropólogo Carlos Alberto Montes Perez.

INTRODUÇÃO

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Porto Praia resultou dos estudos e levantamentos procedidos em cumprimento ao determinado pela portaria nº 134/PRES de 11/03/99, publicada no DOU de 15/03/99. Anteriormente foram constituídos dois GTs. de identificação para essa terra indígena, o primeiro, em 1994 - pela Portaria nº 0745/PRES/94 - e o segundo, em 1995 - pela Portaria nº 1199 de 01/12/95, ambos coordenados pela antropóloga Priscila Faulhaber Barbosa. As áreas propostas pelos dois GTs. são divergentes, devido à retirada de uma das comunidades, conhecida como Cauçu do Meio, que decidiu não participar do procedimento administrativo de demarcação da TI Porto Praia, tendo em vista não mais se identificar como indígena.

As informações apresentadas pelos relatórios resultantes dos mencionados GTs. não foram suficientes para caracterizar as áreas indicadas como sendo de ocupação tradicional indígena Tikúna, sobretudo pelas exigências da nova regulamentação do procedimento demarcatório de terras indígenas imposta pelo Decreto nº 1.775/96 e Portaria nº 14/MJ/96. Assim faz-se necessário a formação de um terceiro GT para reestudá-la, o qual foi instituído pela citada Portaria nº 134/PRES/99.

Ressalta-se que a demarcação dessa terra vem sendo solicitada pelos Tikúna há vários anos, devido às invasões objetivando a exploração ilegal dos recursos naturais, como a extração de madeira e pesca.

I. DADOS GERAIS

A Terra Indígena Porto Praia está localizada no Município de Uarini/AM, à margem esquerda do médio Solimões, onde se encontra parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), criada em 1990, entre os meridianos 65º 04' 39" e 65º 09' 35" e paralelos 02º 51' 14" e 02º 55' 23". Sua atual superfície é de 4.000 ha aproximadamente e o perímetro é de 28.000 Km. A região é de muita riqueza, dentro de um complexo de sistemas aquáticos, integrado por uma infinidade de rios, paranás, lagos e lagoas.

Os Tikúna figuram, pelo volume demográfico, entre as maiores tribos do território brasileiro, existindo uma grande concentração no Alto Solimões.

De acordo com a mitologia indígena Tikúna, eles são originários do igarapé Eware (Évare), localizado entre as nascentes do igarapé São Jerônimo, tributário da margem esquerda do rio Solimões, no trecho entre Tabatinga e São Paulo de Olivença. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho, o termo Tikúna não tem significado na própria língua, estando relacionado, possivelmente, à forma como as tribos vizinhas os chamavam (Oliveira Filho, João Pacheco de. O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988).

Os Tikúna de Porto Praia ali chegaram por volta de 1966, animados com a produtividade da terra. Em 1994 e 1995 a população da área perfazia, respectivamente, 114 e 102 habitantes. Atualmente é formada por 118 pessoas, organizadas em 21 núcleos familiares que ocupam igual número de residências. A grande maioria da população é jovem, contando a faixa etária entre 0 e 10 anos com cerca de 45% da população. Em se extrapolando esta faixa para até vinte anos, temos aproximadamente 64,5% da população da área incluída, o que indica um alto crescimento populacional após 1980.

O acesso à essa terra indígena se dá pelo rio Solimões, sendo a cidade mais próxima a sede do município de Uarini, que também só conta com acesso aquático regular pelo citado rio. A cidade de Tefé é o centro urbano mais próximo servido por linha comercial de transporte aéreo regular, sendo, por isto, o ponto de apoio para se chegar à área. Ressalta-se que a FUNAI conta com um posto indígena em Tefé, o qual possui os equipamentos mínimos para o seu funcionamento.

1.1 - HISTÓRICO

Para Oliveira, as linhas de conjugação interétnica dos Tikúna com a sociedade dos brancos se iniciaram por volta do século XVII e foram intensificadas ao longo dos séculos XVIII e XIX (Cardoso de Oliveira, Roberto. O Índio e o Mundo dos Brancos. 3ª ed. Brasília; Editora 3; Ed. Univ. de Brasília; São Paulo, Pioneira, 1981).

Os primeiros contatos dos Tikúna com segmentos da "sociedade branca" estão relacionados à chegada de missionários jesuítas, liderados pelo padre Samuel Fritz, no século XVII. O padre Fritz teve destacada participação na hierarquia da Companhia de Jesus de Quito e, fundou diversas missões na região que, poste-

Montes Perez e Noraldino Vieira Cruvinel, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:
1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da terra indígena, de ocupação do grupo tribal Tikúna, com superfície e perímetro aproximados de 4.000 hectares e 28 Km respectivamente, localizada no município de Uarini, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, deste Despacho e dos anexos: Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0014/95. Referência: Terra Indígena Porto Praia. Interessado: Grupo Indígena: Tikúna. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.
Nº 5 - O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0014/95, e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Porto Praia, de autoria dos antropólogos Carlos Alberto

DESPACHO DO PRESIDENTE - 11/01/2001

riormente, se constituíram nas cidades de São Paulo de Olivença, (inicialmente São Paulo dos Cambeba), Amaturá, Fonte Boa e Tefé. Em 1698, o padre Samuel Fritz estabeleceu os primeiros contatos com os Tikúna, que viviam nas matas próximas a São Paulo de Olivença. Dois séculos mais tarde, em 1929, o etnólogo Curt Nimuendaju, constatava que os Tikúna, no território brasileiro, haviam consolidado a ocupação dos pequenos afluentes da margem esquerda do rio Solimões, entre a fronteira e São Paulo de Olivença.

Segundo Oliveira Filho (já citado) a grande maioria dos Tikúna vivia no alto dos igarapés da margem esquerda do rio Solimões e sua distribuição espacial estava circunscrita à terra firme. Esses índios, dominavam a técnica do curare, utilizavam a zarabatana e não possuíam canoas. A caça desempenhava função das mais importantes em sua vida econômica e ritual e estava associada a uma agricultura de tubérculos e à coleta. Suas habitações eram grandes casas coletivas, de forma ovalada e mantinham guerra com tribos vizinhas e mesmo contra outras malocas de sua própria tribo. Anteriormente à chegada dos missionários jesuítas, os Tikúna se mantinham afastados das margens do rio Solimões devido ao forte poderio militar, demográfico e econômico dos Omágua ou Kambéba, de quem eram inimigos e com quem travaram diversos combates.

Na primeira década do século XVIII, o sistema social dos Kambéba foi severamente desestruturado em decorrência da colonização européia. Diante disso, os Tikúna tiveram a oportunidade de estender sua ocupação territorial às margens do rio Solimões. A ocupação do novo ambiente fez com que os Tikúna tivessem que desenvolver técnicas de construção de canoas, nas quais são soavelmente conhecidos por toda a região. Assim, tornaram-se capazes de explorar os ricos recursos pesqueiros existentes, fazendo da pesca a principal fonte de proteína animal em sua alimentação.

Na década de 1890, os Tikúna foram alcançados pela frente de expansão da sociedade nacional que mais seriamente afetou suas condições de existência. A frente seringalista, capitaneada por imigrantes cearenses e estimulada pelo aumento das cotações da borracha no mercado internacional, exerceu uma forte ação coativa sobre os Tikúna, afetando dramaticamente todas as instâncias da vida desses índios.

As interferências dos seringalistas causaram severas modificações na organização social dos Tikúna, afetando todos os seus costumes com a redefinição da ocupação do espaço, a moradia, as atividades econômicas, a constituição da família, os papéis de liderança, a realização de rituais e a atividade dos pajés. Para Oliveira Filho (já citado) os patrões seringalistas exerceram, desde a última década do século XIX até os anos de 1940, um domínio completo sobre toda a região do Alto Solimões, subjugando não somente os índios, como também, todas as instituições políticas, administrativas e religiosas. É somente na década de 40, com a instalação de um Posto do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, na cidade de Tabatinga, que um novo período nas relações entre os Tikúna e o mundo dos brancos foi constituído. O mercado local mantinha-se graças à pouca circulação financeira e ao monopólio comercial exercido pelos patrões seringalistas. Até então os Tikúna não dispunham de qualquer alternativa para a prática de suas relações de comércio, tendo que se submeter às regras e aos preços impostos pelos seringalistas. A entrada em cena do posto indígena do SPI começou a modificar essas condições, estabelecendo relações diretas de comércio com os índios, provocando com isso, a quebra do monopólio. O Posto Indígena comprava a farinha produzida pelos Tikúna e lhes oferecia uma grande variedade de mercadorias a preços bem mais favoráveis do que os praticados pelos seringalistas. A atuação do SPI estava fundamentada numa ideologia produtivista, cuja ênfase era o desenvolvimento da agricultura e outras atividades econômicas. Essa estratégia foi concebida na suposição de que, dessa forma, estaria aberta aos Tikúna a possibilidade de uma integração menos submissa e desfavorável à sociedade brasileira.

A implantação desse projeto requeria a definição da territorialidade indígena, fixando os índios para que pudessem desenvolver suas atividades produtivas. A atuação do SPI como agente econômico associado ao protecionismo paternalista com o qual se relacionava com os índios, modificou as relações de dominação existentes, gerando conflitos com os patrões seringalistas e moradores brancos. O desencadecamento desse processo deu origem à formação de um campo indigenista que, crescentemente, têm-se manifestado na conquista de uma maior autodeterminação para os Tikúna.

De acordo com Priscila Faulhaber, devido às rupturas históricas causadas pela violência que atingiu todos os grupos indígenas da região, os Kambéba, Mayorúna, Miranha, Tikúna, Kokáma, etc., não têm um registro sistemático dos acontecimentos que marcaram o seu passado. Por outro lado, essas rupturas e descontinuidades históricas permitiram a formação de alianças entre essas etnias que anteriormente eram inimigas e que hoje estão integradas numa mesma luta, por reconhecerem "fatos comuns no passado histórico e nas lutas étnico-sociais que os colocam em um mesmo horizonte político e simbólico" (Faulhaber Barbosa, Priscila. Relatório de Identificação e Delimitação da TI Porto Praia. 1995: 9)

A formação da aldeia Tikúna de Porto Praia deve ser compreendida dentro do contexto histórico específico que marcou a ocupação do rio Solimões e provocou a ocorrência de diversos conflitos entre etnias contrastivas. Diante do não reconhecimento de seus direitos étnicos e da perseguição a que se viram submetidos, os Tikúna que vivem em Porto Praia tiveram que empreender deslocamentos e migrações que resultaram na perda de muitas referências de seu

universo sócio-cultural. Somente com o renascimento do movimento indígena do médio Solimões, começaram a recriar as bases para sua reorganização étnica.

De acordo com Faulhaber, os Tikúna de Porto Praia são provenientes da região de Fonte Boa, Uauti Paraná e Médio Solimões e têm relação de parentesco com os Tikúna das Terras Indígenas Macarrão e Miratu e do local Aiucá. (Faulhaber Barbosa, Priscila. Relatório de Identificação e Delimitação da TI Porto Praia. Proc. FUNAI/BSB nº 014/95, fl. 165).

O Tuxaua Juvenal Macário, nasceu no lugar conhecido por Vila Nova, acima de São Paulo de Olivença. Depois, mudou-se para o município de Fonte Boa, no lugar chamado de Tarara. Posteriormente, quando se casou, veio morar em Porto Praia, acompanhado de sua esposa, filhos e do irmão José Macário. Quando chegaram, já encontraram sua irmã, Domingas, a primeira moradora da futura aldeia. Com a reaglutinação desse grupo familiar, as notícias do novo lugar foram sendo transmitidas aos demais parentes que se animaram a vir e, assim, progressivamente foram chegando os outros irmãos, João, Raul e Clementino.

O ano de 1966 é considerado como o do estabelecimento da aldeia Porto Praia. As primeiras explorações da terra sempre eram feitas ao longo dos inúmeros canais fluviais, conforme o depoimento de Tuxaua Juvenal: "Eu saía de canoa e varava no Pongo e de lá ia pro lago do Jaburu, bem por dentro aqui da nossa terra, aí passava e varava no lago Baixo e daí vinha a pé e chegava no Gervásio e daí vinha sair no lago do Cuiaú e depois o lago da Ressaca, de canoa ou de pé".

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Porto Praia localizada numa área de várzea, à margem esquerda do rio Solimões, fica diante da boca do rio Copacá. A aldeia Porto Praia, estabelecida há 34 anos, com suas 21 habitações indígenas (unidades residenciais das famílias nucleares), ocupa uma faixa de cerca de 700 metros ao longo da margem do rio Solimões. As disposições das habitações indígenas contemplam as necessidades de deslocamento dos índios. O rio Solimões é uma das principais rotas de acesso às vias fluviais que os conduzem ao interior de sua terras, às cidades da região como Uarini e Tefé, onde realizam suas atividades de comércio, atendimento de saúde, e também às demais aldeias indígenas da região, para o fortalecimento de suas relações intertribais.

De acordo com os depoimentos recolhidos entre os índios, a mudança para Porto Praia renovou as possibilidades de uma vida melhor, pois é uma região de muita riqueza, um verdadeiro complexo de sistemas aquáticos, integrado por uma infinidade de rios, paranás, lagos e lagoas, região essa localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a maior área de várzea protegida no mundo, com cerca de 1.124.000 ha, situada entre os rios Solimões, Japurá e Uauti Paraná. Durante a cheia completa, dois meses ao ano, é possível não pisar no chão. Então, é necessário se fazer pulqueiros para as galinhas e, em caso de inundação no interior das casas, o assoalho deve ser levantado até uma altura conveniente. Todo o transporte dentro da área e até outras cidades, sendo Uarini a mais próxima, é feito por embarcações artesanais, canoas.

Uma das razões mais importantes que determinaram a constituição da aldeia na localidade de Porto Praia se relaciona às condições mais favoráveis ao escoamento da produção agrícola e, por consequência, numa maior facilidade para a prática das relações de comércio. O depoimento de José Macário consubstancia essa perspectiva: "No Tarara era mais ruim pra gente viver. As plantações da gente não tinha onde vender, as frutas acabavam perdendo. Aí disseram que aqui era melhor, a gente fazia as plantações e vendia em Tefé e Uarini. A minha mulher veio primeiro e com um mês é que eu que eu baixe de lá, aí eu vim ver. Se não fosse bom eu tornava a voltar de novo. Aqui melhorou mais um pouquinho, lá em Uarini a gente vende pouco também, mas a gente vende as coisas que a gente leva. Agora em Tefé vende todas as frutas que agente leva".

A fixação em Porto Praia, além das vantagens ambientais, econômicas e comerciais, permitiu a inserção da comunidade de Porto Praia no movimento indígena do médio Solimões. Os encontros com as outras comunidades indígenas foram determinantes para mobilização dos índios em torno de seus interesses e necessidades, principalmente para o reconhecimento legal de seus territórios de ocupação tradicional.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A Terra Indígena Porto Praia está situada, em sua totalidade, no ecossistema da várzea amazônica e as atividades econômicas dos índios estão relacionadas aos ciclos pluviométricos e fluviométricos da região.

A pesca se destaca como principal atividade econômica dos Tikúna de Porto Praia, correspondendo a aproximadamente 47% das atividades desenvolvidas na aldeia. É importante não só como alimento - pois constitui-se na principal fonte de proteína animal para a comunidade, durante todo o ano - mas também por ser um dos produtos de maior circulação no mercado local, o que favorece suas relações de comércio, representando parte substancial da renda obtida pela comunidade.

Os Tikúna dessa área desenvolvem suas atividades de pesca no rio Solimões e também nos lagos existentes no interior da sua terra, onze no total, principalmente o Agá, Baixo e Urucuri. O produto pescado pelos índios é destinado ao consumo interno, comercializando-se o excedente. Geralmente comercializam seu pescado com uma comunidade de pescadores próximos a sua aldeia que atua

como gerador de empregos. A atividade absorve mais da metade da população masculina economicamente ativa. O pagamento pelos serviços prestados dá-se em forma de equipamentos (motores, canoas, etc), remédios, etc. Na TI Porto Praia homens e crianças são os grandes pescadores, sendo às mulheres reservadas outras atividades.

A agricultura tem destacada importância na economia dos Tikúna, representando, em Porto Praia, cerca de 27% de suas atividades produtivas. As atividades agrícolas são iniciadas no mês de junho, quando ocorre a baixa das águas no ecossistema da várzea amazônica. Cada grupo familiar tem sua área de plantio, cuja extensão está relacionada ao número de indivíduos de cada família, chegando, às vezes, terem duas roças ao mesmo tempo. No total há mais de 30 roças na aldeia, sendo que cada quadra de roça equivale a aproximadamente um ha e gera cerca de 4 toneladas de farinha.

Para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, o ajuri desempenha um papel fundamental. O Tuxaua Juvenal descreve a importância do ajuri: "O ajuri é assim: todo mundo unido, as mulheres os homens, pra capinar, plantar. Reúne o pessoal, cada um leva alguma coisa: o mamão, a banana, a farinha, o peixe, o açúcar, o café. Depois junta as coisas, prepara tudo e na hora do almoço todo mundo come, não é só a despesa do dono do trabalho".

As culturas agrícolas mais importantes para os Tikúna são a mandioca e a banana. São importantes não só pelo valor que representam em sua alimentação, mas também pela grande circulação no mercado local como bem de troca. A mandioca é utilizada para o preparo de diversos produtos como beiju, farinha, tucupi e tapioca. A farinha é largamente empregada na alimentação, com cada grupo familiar consumindo de três a quatro sacas de 60 Kg por mês.

O extrativismo vegetal representa, aproximadamente, 18% das atividades dos índios, sendo muito variadas as plantas que são utilizadas pelos índios em suas atividades cotidianas como alimento, medicina, artesanato. A coleta vegetal mais realizada é a extração da madeira, utilizada exclusivamente para o fabrico de casas e construção de canoas. No entanto, um grande problema deste recurso está relacionado à invasão da área para exploração clandestina da madeira. Estima-se que várias árvores tenham sido arrancadas sem o prévio conhecimento dos habitantes da comunidade nem do projeto Mamirauá.

A caça é uma atividade secundária para os Tikúna de Porto Praia. Isso, devido ao fato da terra estar localizada em área não muito freqüentada por mamíferos, com exceção dos macacos. Entretanto, aves, tracajás, jacarés são capturados quando encontrados, por exemplo, durante a pesca ou outras atividades

IV - MEIO AMBIENTE

A delimitação da Terra Indígena Porto Praia, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 231 da CF/88, foi definida de modo a garantir aos Tikúna a utilização dos recursos que são indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural. Teve ainda, por preocupação, conjugar as necessidades desses índios com a conservação da integridade ambiental de seu território.


Os solos predominantes na TI Porto Praia são os Aluviais Eutróficos, que se caracterizam por serem pouco desenvolvidos, formados pelos sedimentos transportados pelas águas fluviais e típicos de várzeas e baixadas. Nesses sedimentos, se encontram uma grande variedade de minerais primários, facilmente decomponíveis e que conferem uma alta fertilidade e potencialidade agrícola ao solo. Numa escala acentuadamente menor, se encontram também solos Gley pouco úmido eutróficos. A vegetação encontrada nesses solos compreende as seguintes formações: Área de Tensão Ecológica; Contato Formação Pioneira/Floresta Sempre Verde; Formação densa aluvial e Planícies periodicamente inundáveis.

O perímetro da TI. Porto Praia é compreendido por um conjunto de cursos d'água de variadas dimensões. O rio Solimões, um dos seus limites, exerce forte influência sobre a vidas dos índios e de todo o ecossistema das várzeas. Sua águas brancas transportam sedimentos que são depositados nas terras baixas, formando extensas planícies inundáveis, compostas por um complexo ecossistema de lagos, ilhas, restingas, chavascais, paranás, além de outras formações.

Os lagos existentes na Terra Indígena Porto Praia, em número de 11 - Urucuri; Baú; Baixo, Gervásio, Ressaca Grande, Ressaca Pequena, Bonito, Agá, Cuia, Tarumã, Rola - se constituem numa das maiores riquezas para os Tikúna, por fornecerem o peixe, principal fonte de proteína animal em sua alimentação. Os lagos de manutenção da comunidade, utilizados em suas atividades de pesca, são o Urucuri, Baixo e o Agá.

A TI. Porto Praia está situada no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (mama de peixe-boi no idioma Tupi-Guarani). A RDSM, criada em 9 de março de 1990 pelo decreto nº 12.836, situa-se no ecossistema da várzea amazônica e foi concebida com o propósito de conciliar o atendimento às demandas das populações que vivem no seu entorno, com a conservação de sua imensa riqueza biológica, paradigma fundamental para o desenvolvimento sustentado.

A existência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá fomenta a difusão de uma ética ambientalista entre todas as comunidades da região, o que requer um constante diálogo a respeito das melhores opções de uso da terra. O plano de manejo da RDSM, discutido por todas as comunidades que utilizam seus recursos, consiste num adequado zoneamento da área para delimitar os locais em que cada comunidade irá desenvolver suas atividades. O desempenho

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU
Data	12/01/2001 Pg 10
Class.	TC0143(3)

dessas atividades está relacionado a um conjunto de normas que visam garantir sua sustentabilidade.

Não existem projetos futuros nos arredores que ameacem o cotidiano da aldeia nem suas atividades econômicas. A única ameaça refere-se às invasões clandestinas pelos próprios vizinhos para a exploração de recursos naturais, principalmente a madeira e o peixe.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Uma das características distintivas dos Tikúna consiste no costume de preparar diversas bebidas alcoólicas feitas de beiju de mandioca (payauarú), de macaxera (cajúma) e de milho (chicha). Esse costume está presente entre os Tikúna de Porto Praia, conforme a narrativa de Maria Deusa, esposa do Tuxaua Juvenal: "Nós leva pra roça pra tomar no trabalho, que a gente vai fazer, o roçado, a capina. Toda aquela rodada de pessoas. E aí durante o trabalho, o dia todinho a água bebida é a cajúma e aí quanto mais toma a cajúma é que o trabalho vai aumentando, o roçado vai pra frente e fica todo mundo animado, um leva comida, outro leva farinha, café açúcar, etc."

A fixação em Porto Praia fez com que os Tikúna, que se encontravam dispersos e desaldeados, readquirissem uma vida coletiva entre seus parentes, processo que foi fundamental para resgatar sua origem comum, fazendo-os compreender que havia chegado a hora de fortalecer sua identidade indígena. O relato do Tuxaua Valtinho exemplifica essa situação: "Teve alguns parentes que estiveram observando e contando, os parentes que vieram de cima, lá do alto Solimões, como o Juvenal. Os pais dele eram índios mesmo, índios Tikúna e aí foram conversando com os outros irmãos, os sobrinhos, os parentes todos reunidos, lembrando as coisas e aí todos acharam importante e começaram a levantar a comunidade indígena. Depois começaram as reuniões com os índios de outras aldeias, os parente todos, lá na Barreira de Baixo e a gente foi se animando de resgatar a nossa identidade, aí passaram na FUNAI e foram registrados."

A importância da união entre todas as comunidades do médio Solimões foi destacada pelo Tuxaua Valtinho: "a gente tinha que comprar um barco para a UNI-Tefé para poder fazer o trabalho da nossa organização e hoje a gente tem esse barco e quando acontece as reuniões, como a dos professores, dos agentes de saúde, de medicina tradicional, o barco passa em todas as aldeias, pega o pessoal e leva pra onde via ser a reunião e depois leva todo mundo de volta para suas aldeias".

As relações de reciprocidade entre os Tikúna, mantidas por diversos mecanismos sociais, entre os quais, através da repartição de alimentos, tem sido fundamental para a coesão da comunidade. O mesmo Tuxaua Juvenal, fez o seguinte depoimento: "Eu trabalhava assim, se por acaso hoje fosse um trabalho, eu mandava 4 pessoas pescar, às vezes pegava 200, 250 Kg de peixe. Aí eu repartia o peixe para todas as casas. Aquele que tinha mais família eu dava mais e o que tinha menos recebia uma quantidade menor".

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário, elaborado pelo técnico agrícola Idelfonso de Souza Cavalcante e pelo engenheiro agrônomo Francisco de Assis Trindade Martins, demonstra que não há nenhum ocupante não indígena na Terra Indígena Porto Praia

A situação dominial dessa terra indígena foi analisada nos municípios de Uarini, Alvarães e Tefé. Em consulta ao Secretário de Assuntos Fundiários da Prefeitura de Uarini, se verificou que não havia registro de nenhum título definitivo incidindo nos limites da Terra Indígena Porto Praia. Nos levantamentos realizados nos cartórios de Alvarães e Tefé, no 1º e 3º Ofício, foi constatado que também não havia titulação de nenhuma gleba que incidisse na terra indígena em questão.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de delimitação da Terra Indígena Porto Praia é a configuração das reivindicações que foram elaboradas coletivamente pelos índios. Compreende os espaços geográficos e ambientais de ocupação tradicional da comunidade: os habitados em caráter permanente, os utilizados para as suas atividades produtivas, os imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e os necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições, enfim, os necessários à satisfação de suas necessidades de sobrevivência física e cultural, assegurando as condições para a manutenção e fortalecimento de seu sistema social.

Ao longo da reconstituição histórica que se procurou fazer, buscou-se estabelecer os fatos e processos mais significativos que incidiram sobre a vida desses índios e que afetaram profundamente sua organização social, crenças, costumes e formas particulares de interação com o seu território de ocupação tradicional.

Os Tikúna de Porto Praia, independentemente de todas as alterações que foram impostas ao seu estilo de vida tradicional, desenvolveram uma série de técnicas essenciais ao manejo do ecossistema da várzea amazônica, seja na moradia, na navegação, no manejo da fauna e da flora e também em suas práticas agrícolas.

Através do revigoramento do movimento indígena do médio Solimões, no qual se encontram vivamente engajados, os Tikúna têm fortalecido sua organização política e estão integrados à mesma luta de todos os demais povos indígenas da região, de modo a viabilizar as condições necessárias para que seus direitos territoriais venham a ser reconhecidos. Para os Tikúna, a terra possui um significado espiritual, social, cultural, econômico e político e é fundamental para a continuidade e vitalidade de sua sociedade.

O fortalecimento da identidade étnica tem sido para os Tikúna, assim como para os demais grupos indígenas da região, fator de aglutinação para a conquista de seus territórios. A terra é a garantia que necessitam para a sua continuidade física e cultural. Os Tikúna demonstraram estar conscientes de que seus direitos somente estarão plenamente garantidos, na medida em que lhes forem reconhecidas a posse permanente e a riqueza das terras tradicionalmente ocupadas. A terra é o seu habitat e, por meio de seus costumes e organização sócio-cultural, os Tikúna interagem de forma ativa com o ambiente natural de modo a satisfazer suas necessidades humanas fundamentais.

Para eles, a terra é necessária não somente para assegurar os recursos necessários à sobrevivência física. Ela é igualmente importante por ser o espaço coletivo onde desenvolvem suas relações diárias de coexistência, referenciadas na memória que guardam de seu passado, em associação às esperanças que cultivam para o futuro. A terra tem um significado espiritual reconhecido por toda a comunidade. As vivências com o meio ambiente da várzea amazônica são compartilhadas por todos e permanentemente reelaboradas socialmente. A terra é um espaço vital, necessário ao pleno desenvolvimento de suas relações simbólicas e à manutenção de sua identidade étnica.

Do que foi apresentado, podemos concluir que a Terra Indígena Porto Praia, conforme mapa e memorial descrito a seguir, é uma área de ocupação tradicional dos índios Tikúna nos termos do art. 231 da CF/88, Lei nº 6.001/73, Decreto nº 1.775/96, Portarias nº 239/FUNAI/91 e nº 14/MJ/96. Compreende as áreas por eles habitadas em caráter permanente, as que são utilizadas em suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar de sua comunidade e à reprodução física e cultural de seu povo. As palavras do Tuxaua Juvenal, a seguir reproduzidas, expressam, sob a ótica da comunidade, os princípios legais mencionados: "Já chega de caçar lugar, se a gente não lutar, trabalhar para ter a nossa terra, a gente nunca vai conseguir. Então nos estamos decididos a permanecer aqui. Mesmo com as dificuldades das enchentes, a nossa terra é boa e eu acho que dá pra sobreviver aqui, a gente já prestou atenção e viu que dá. Pelo menos o que tem de madeira, os lagos, o peixe, a terra pra plantar. Tudo isso é bom pra nossa vida".

Carlos Alberto Montes Perez Noraldino Vieira Cruvinel
Pesquisador/Muscudo Índio/FUNAI Antropólogo Coord.

CDA/DEID/DAF

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF

Departamento de Demarcação - DED

Memorial Descritivo de Delimitação

Denominação

Terra Indígena PORTO PRAIA

Aldeia Integrante

Porto Praia

Grupo Indígena

Tikúna

Localização

Município: Uarini Estado: Amazonas

Administração Executiva Regional: Manaus

Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude		Longitude
Norte	02°51'15" S	e	65°09'26" Wgr.
Leste	02°54'34" S	e	65°04'40" Wgr.
Sul	02°55'19" S	c	65°05'56" Wgr.
Oeste	02°53'25" S	e	65°09'45" Wgr.

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SA-20-Y-A	1:250.000	RADAMBRASIL	1978

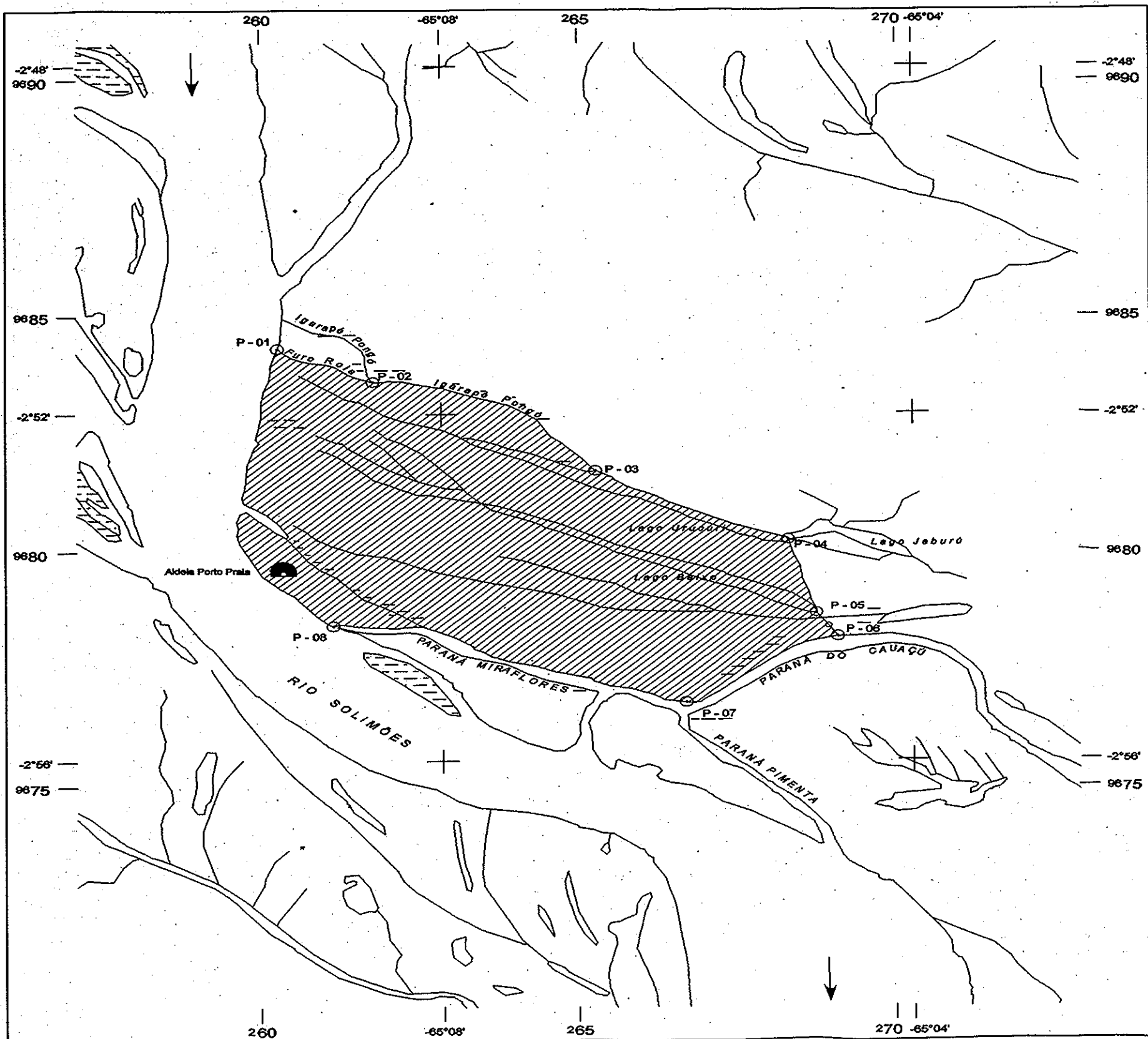
Dimensões

Superfície: 4.000 ha (quatro mil hectares) aproximadamente.

Perímetro: 28 km (vinte e oito quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

Norte: partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 02°51'15"S 65°09'26"Wgr., localizado na confluência do Rio Solimões com o Furo Rola, segue por este, a montante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 02°51'39"S e 65°08'36"Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Pongó; daí, segue por este, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 02°52'39"S e 65°06'40"Wgr., localizado na confluência com o lago Urucurí; daí, segue margeando este lago até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 02°53'27"S e 65°05'05"Wgr., localizado na confluência com o lago Jaburu, junto ao cano de ligação dos lagos Urucurí e Jaburu com o lago Baixo. Leste: Do ponto antes descrito, segue pelo referido cano até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 02°54'17"S e 65°04'50"Wgr., localizado nas margens do lago Baixo; daí, segue por linha reta até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 02°54'34"S e 65°04'40"Wgr., localizado na margem direita do Paraná do Cauaçu. Sul: do ponto antes descrito, segue pelo Paraná do Cauaçu até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 02°55'19"S e 65°05'56"Wgr., localizado na confluência com os Pararáns Pimenta e Miraflores; daí, segue pelo Paraná Miraflores até o ponto 08 de coordenadas geográficas 02°54'26"S e 65°08'55"Wgr., localizado na confluência com o Rio Solimões. Oeste: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Solimões, a montante, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro. Responsável técnico pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico em Agrimensura, AER Manaus.



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 - POSTO INDÍGENA. CAMPO DE POUSO
 - ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
 - MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
 - PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
 - PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
 - RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
 - RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
 - RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
 - RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
 - LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
 - LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF	
DENOMINAÇÃO:		PLANTA:	
TERRA INDÍGENA PORTO PRAIA		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO:		SUPERFÍCIE:	PERÍMETRO:
UARINI		4.000 ha	28 Km
ESTADO:	AER:	ESCALA:	DATA:
AMAZONAS	MANAUS	1:100.000	08/10/99
RESP. TÍC. DEFINIÇÃO LÍMITES:		RESP. TÍC. IDENTIFICAÇÃO LÍMITES:	VISTO CHEFE DO DED:
CARLOS ALBERTO M. PERES ANTROPOLOGO		ZENILDO DE ROUZA CASTRO TÉCNICO AGRIMENSOR A.P.R. / MAC	MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR C.R.E.A. n.º 64.889/D-SP
			PORTARIA N.º:
			134/PRES/99

OP: CASTRO